

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

Aquisição de Bens

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
alterado e republicado no anexo III do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de
agosto, na sua atual redação (CCP)

**Aquisição de Bens – Caixilharia para o edifício da
Proteção Civil.**

Março/2025

Índice

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO I. - DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 3 |
| CLÁUSULA 1.ª - OBJECTO | 3 |
| CLÁUSULA 2.ª - CONTRATO | 3 |
| CLÁUSULA 3.ª – DISPOSIÇÕES PELAS QUAIS SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR..... | 4 |
| CLÁUSULA 4.ª - PRAZO | 4 |
| CLÁUSULA 5.ª – TIPO DE PROCEDIMENTO | 5 |
| CLÁUSULA 6.ª - VALOR DO CONTRATO..... | 5 |
| CLÁUSULA 7.ª – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO | 5 |
| CAPÍTULO II. - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 5 |
| CLÁUSULA 8.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE BENS | 5 |
| CLÁUSULA 9.ª - ENCARGOS COM DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL | 5 |
| CLÁUSULA 10.ª - FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO..... | 5 |
| CLÁUSULA 11.ª - OBJETO DO DEVER DE SIGILO | 5 |
| CLÁUSULA 12.ª - PRAZO DO DEVER DE SIGILO | 5 |
| CLÁUSULA 13.ª - PREÇO CONTRATUAL..... | 7 |
| CLÁUSULA 14.ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | 7 |
| CAPÍTULO III. - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO..... | 7 |
| CLÁUSULA 15.ª - PENALIDADES CONTRATUAIS | 7 |
| CLÁUSULA 16.ª - FORÇA MAIOR..... | 8 |
| CLÁUSULA 17.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SABROSA..... | 9 |
| CLÁUSULA 18.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE BENS..... | 10 |
| CAPÍTULO IV. - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS..... | 10 |
| CLÁUSULA 19.ª - FORO COMPETENTE..... | 10 |
| CAPÍTULO V. - DISPOSIÇÕES FINAIS..... | 10 |
| CLÁUSULA 20.ª - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL | 11 |
| CLÁUSULA 21.ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES..... | 11 |
| CLÁUSULA 22.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS | 11 |
| CLÁUSULA 23.ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL..... | 11 |
| MAPA DE QUANTIDADES | 12 |

CAPÍTULO I. - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.^a - OBJECTO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"Aquisição de Bens – Caixilharia para o edifício da Proteção Civil"**.

CLÁUSULA 2.^a - CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA 3.^a – DISPOSIÇÕES PELAS QUAIS SE REGE A
EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR**

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro (C.C.P. – Código dos Contratos Públicos);
 - c) Ao Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro e respetiva legislação complementar;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à montagem dos equipamentos constantes do Anexo Técnico, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código;
 - b) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos da legislação em vigor;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O caderno de encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

CLÁUSULA 4.^a - PRAZO

O prazo para a execução do fornecimento mencionado na cláusula 1.^a do presente caderno de encargos, vigorará até 20 dias após a adjudicação.

CLÁUSULA 5.ª – TIPO DE PROCEDIMENTO

O procedimento para esta aquisição de bens é Ajuste Direto.

CLÁUSULA 6.ª - VALOR DO CONTRATO

O valor global do contrato a celebrar no âmbito das cláusulas do presente caderno de encargos será de 6 241,27 € (seis mil duzentos e quarenta e um euros e vinte sete cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

CLÁUSULA 7.ª – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A Adjudicação será feita de acordo com o critério de proposta economicamente mais vantajosa para o município de Sabrosa, determinada pela modalidade referida na alínea b) do número 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, por monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto de execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

CAPÍTULO II. - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 8.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE BENS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Não alterar as condições de prestação de bens fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - b. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação de bens, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
2. A título acessório, o prestador de bens fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição de bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante e decorrentes de quaisquer erros ou omissões da prestação dos bens.

CLÁUSULA 9.ª - ENCARGOS COM DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL

São da responsabilidade do prestador de bens quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito da execução do contrato, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

CLÁUSULA 10.ª - FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente caderno de encargos, o prestador de bens será responsável pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, de acordo com o mapa de quantidades.

CLÁUSULA 11.ª - OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O prestador de bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sabrosa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de bens ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 12.ª - PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 16 meses a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da

sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 13.^a - PREÇO CONTRATUAL

Pela prestação dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sabrosa deve pagar ao fornecedor de bens o preço 6 241,27 € (seis mil duzentos e quarenta e um euros e vinte sete cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

CLÁUSULA 14.^a - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após entrega da fatura correspondente ao valor total dos bens, através de cheque ou transferência bancária.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Sabrosa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de bens, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de bens obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. O prestador de bens obriga-se a inscrever o número do compromisso e a respetiva data na fatura ou documento equivalente.

CAPÍTULO III. - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 15.^a - PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sabrosa pode exigir do prestador de bens o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato;
 - b) Pelo incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - c) Pela prestação de falsas declarações;

- d) Pela não apresentação dos relatórios de faturação;
 - e) Pelo incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis deserviço mínimos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - f) Pela prestação de bens que não constem do presente contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Sabrosa pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor do contrato, nos termos do artigo 329.º do CCP.
 3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de bens ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Sabrosa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de bens e as consequências do incumprimento.
 5. O Município de Sabrosa pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Sabrosa exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 16.ª - FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de bens, nem é dada como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de bens, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de bens ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de bens de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de bens de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de bens cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de bens não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 17.^a - RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SABROSA

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Sabrosa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de bens violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - a. Incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato;
 - b. Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos

- das disposições legais aplicáveis;
- c. Prestação de falsas declarações;
- d. Não apresentação dos relatórios de faturação;
- e. Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviço mínimos previstos no presente caderno de encargos;
- f. Prestação de bens que não constem do presente contrato.
- g. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de bens.

CLÁUSULA 18.^a - RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE BENS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de bens pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Sabrosa, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de bens, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV. - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 19.^a - FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca de Mirandela/ Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, em razão da matéria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V. - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 20.^a - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 21.^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 22.^a - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 23.^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação portuguesa aplicável.

ANEXO TÉCNICO

CLÁUSULA 1.^a- MATERIAIS A ADQUIRIR

- Caixilho 1 (quantidade 1): Largura 4020 altura 2100

Porta seccionada, P-270, Ombreira E-0 Ombreira D-0

Painel duplo horizontal

Interior branco / exterior branco

- Caixilho 2 (quantidade 1):

Motor EVO100 p/ porta seccionada 4020x2100

Com 2 comandos, sem instalação elétrica

- Caixilho 3 (quantidade 2): Largura 4090 altura 580

Fixo + basculante, com chapa lac. Lisa na padieira

Vidro duplo inc. 4/10/4fosco

Alumínio lac. Branco serie 4100

- Caixilho 4 (quantidade 1): Largura 1685 altura 580

Basculante, com chapa la. na padieira

Vidro duplo inc. 4/10/4fosco

Alumínio lac. Branco serie 4100

- Caixilho 5 (quantidade 1):

Pala p/entrada de porta em vidro laminado 2000x1000 c/ meia lua de vidro laminado na parte superior

- Estrutura em alumínio para Wall de entrada (quantidade 1):

1 fixo 2350x2840 c/ 1 trav. horizontal e 1 trav. Vertical – vd inc/inc

1 fixo 900x2840 c/ 1 travessa na horizontal – vidro duplo inc/inc

1 porta 1F 900x2840 c/ fixo superior – vidro duplo inc/inc

1 fixo 2350x900 c/ 1 travessa na vertical – chapa dupla lisa

Alumínio lac. Branco serie S40

CLÁUSULA 4.^a- PRAZOS DE EXECUÇÃO

Este serviço será para entregar durante o período de 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA 6.^a - VALOR DO CONTRATO

Considerando o evento acima referenciado, o custo total deste procedimento é de 6 241,27 € (seis mil duzentos e quarenta e um euros e vinte sete centimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.